



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Associação Nacional de Centros de Inspeção Automóvel – ANCIA <ul style="list-style-type: none">➤ Paulo Areal (Presidente da Direção)➤ Carlos Santos (Vice-Presidente da Direção)➤ Giuseppe Nigra (Vogal da Direção)	<ul style="list-style-type: none">➤ Fernando Virgílio Macedo (PSD)➤ Joel Sá (PSD)➤ António Costa Silva (PSD)➤ Hugo Costa (PS)➤ Fernando Jesus (PS)➤ Heitor de Sousa (BE)➤ Hélder Amaral (CDS-PP)➤ Bruno Dias (PCP)	20 de fevereiro de 2018 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ Os representantes da ANCIA utilizaram um PowerPoint durante a sua intervenção inicial, realçando a importância da inspeção técnica de veículos, reconhecida internacionalmente como mecanismo eficaz de controlo técnico dos veículos.➤ Destacaram as principais preocupações do setor, nomeadamente a inspeção aos motociclos, já obrigatória nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2012, faltando publicar legislação sobre a formação dos inspetores para a realização destas inspeções e a classificação das deficiências a atribuir no quadro da inspeção; a extensão das inspeções a todos os ciclomotores e motociclos, independentemente da cilindrada; a inspeção aos tratorais agrícolas; a existência de um número excessivo de centros de inspeção e a questão do controlo e fiscalização da atividade; e a atribuição de novas competências aos centros de inspeção➤ Fizeram também referência ao caderno reivindicativo que consta do	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Joel Sá (PSD) – após cumprimentar os representantes da ANCIA, agradeceu as informações trazidas e os alertas feitos e afirmou que, se foi criada legislação que obrigou à realização de fortes investimentos em equipamento para se fazerem as inspeções a motociclos, havia também a obrigação de aprovar a legislação complementar, que compete ao Governo. Questionou sobre a contribuição das inspeções aos motociclos para a redução da sinistralidade, quais as principais falhas nestes veículos e o que deviam prever as portarias em falta; sobre o que deveria ser feito para reduzir a sinistralidade com tratores agrícolas; se a regulamentação não deveria prever uma distância mínima entre os centros de inspeção; e se o Estado tinha capacidade de fiscalização de todos os centros de inspeção que existia.➤ Deputado Fernando Jesus (PS) – cumprimentou os representantes da ANCIA e afirmou que o PS acompanhava com expectativa as preocupações aqui		



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>PowerPoint e concluíram reiterando a importância das inspeções periódicas dos veículos.</p>	<p>manifestadas, pretendendo questionar o Governo e o IMT sobre algumas delas, nomeadamente a inspeção a motociclos. Quanto à abertura de novos centros de inspeção, afirmou que a proliferação não parecia boa ideia, levando à questão da fiscalização dos centros que existem.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar os representantes da ANCIA, abordou a questão do aumento da sinistralidade rodoviária e eventual ligação aos motociclos que não eram objeto de inspeção, para afastar essa ideia, argumentado que o que mais tinha aumentado eram os atropelamentos, pelo que, em seu entender, o problema não estava nos veículos mas sim na atuação dos condutores. No entanto, considerou indiscutível que todos os veículos que circulem numa estrada tenham de estar sujeito a inspeção. Referiu também a posição da ANCIA quanto à abertura de novos centros de inspeção automóvel e considerou essencial perceber se havia ou não zonas do território que não estivessem cobertas por centros de inspeção automóvel, tendo questionado sobre os critérios para abrir novos centros.➤ Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) – cumprimentou os representantes da ANCIA e questionou sobre dados da sinistralidade e causas para o seu aumento. Quis saber se havia capacidade instalada para fazer todas as inspeções e se estavam definidos os parâmetros de realização das inspeções, tendo considerado relevante a questão da formação dos inspetores. Abordou também a questão dos acidentes com tratores agrícolas, que considerou preocupante e quis saber se a inspeção resolvia o problema, como era feito, como é que o trator chegava ao centro de inspeções, com as limitações de circulação que têm e como se fazia a inspeção da maquinaria pesada que não saía da exploração agrícola. Concluiu, lembrando que a população utilizadora dos tratores agrícolas era, em grande parte, envelhecida, com recursos baixos, tendo apresentado com alternativas a limitação à idade de utilização desse tipo de tratores e a formação na condução.
--	---



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Deputado Bruno Dias (PCP) – cumprimentou os representantes da ANCIA e fez referência ao facto de o aumento da atividade económica levar a um aumento da circulação de veículos. Considerou ser difícil de quantificar o contributo das inspeções para a promoção da melhoria da sinistralidade rodoviária e lembrou que grande maioria dos acidentes com tratores agrícolas não são acidentes de viação mas sim de trabalho. Quanto aos centros de inspeção, considerou legítima a discussão sobre a sustentabilidade da atividade das empresas, lembrou que o problema vinha desde 2008, quando se passou a ter uma função do Estado entregue ao mercado e defendeu a existência de uma delimitação de fronteiras entre funções de segurança que o Estado tem de prestar e a liberalização total que se procurou instaurar em 2008.

Respostas às questões dos Deputados:

- Os responsáveis da ANCIA responderam que a inspeção automóvel não elimina a sinistralidade rodoviária, mas reduz a probabilidade da ocorrência de acidentes. Considerou que os números da sinistralidade, em Portugal, eram assustadores e que se se pretende combater-la é necessário atuar em todos os fatores.
- Quanto às inspeções de motociclos, informou que o seu valor não tem qualquer peso nos centros de inspeção, sendo o processo de inspeção muito semelhante ao dos veículos automóveis.
- No que toca à abertura de novos centros, considerou que o número era elevadíssimo para as necessidades do país e isso iria ocasionar uma redução da qualidade do serviço prestado se o Estado atempadamente não fiscalizasse a atividade. Informou que, atualmente, a maior parte dos centros de inspeção estava “às moscas” e existiam centros quase lado a lado.
- Abordaram a questão dos tratores agrícolas, considerando prioritária a formação dos condutores. Referiram que o parque de tratores agrícolas estava muito envelhecido e era maioritariamente conduzido por pessoas idosas. Apelou à necessidade de tornar obrigatória a instalação do arco.
- Quanto aos motociclos, referiram que as principais deficiências que deveriam ser assinaladas seriam relacionadas com luzes, pneus e sistema de travagem e expressaram abertura para colaborar na classificação das deficiências.



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Concluíram, afirmando que havia um conjunto de atividades realizadas pelo IMT, algumas vezes com dificuldades, que poderiam ser realizadas pelos centros de inspeção.

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão